LEI Nº 1.108, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1909
(DOE 14/11/1909)

Dá nova organização ao serviço de Terras.

O Congresso Legislativo do Estado decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - As terras devolutas, compreendidas nos limites do Estado do Pará e a ele pertencentes ex-vi do Art. 64 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, somente a título de compra podem ser adquiridas.

Art. 2º -São terras devolutas:

§ 1º - As que não estiverem aplicada.s a algum uso público federal, estadual ou municipal;

§ 2º - As que não estiverem no domínio particular por título legítimo;

§ 3º - Aquelas cujas posses não se fundarem em títulos suscetíveis de legitimação ou revalidação.

Art. 3º - Serão revalidadas:

§ 1º - As sesmarias ou outras concessões do Governo, que, não tendo sido confirmadas ou transferidas por título legítimo antes de 1854, se acharem ainda por medir ou demarcar, estando cultivadas pelo menos em um terço de sua extensão e com morada habitual dos respectivos sesmeiros ou concessionários ou de seus legítimos sucessores;

§ 2º - As partes de sesmarias ou de outras concessões do Governo, nas condições do parágrafo anterior, com cultura efetiva e morada habitual, compreendidas nos respectivos limites, especificados nos termos da concessão e transferidas depois de 1854, por título de compra, doação, herança, ou outro qualquer título hábil, revestido das formalidades legais;

§ 3º - As sobras restantes das sesmarias ou de outras concessões do Governo nas mesmas condições das precedentes, desfalcadas por qualquer motivo em sua extensão e que se acharem cultivadas e com morada habitual do respectivo sesmeiro, concessionário ou de seus legítimos sucessores.

Art. 4º - As sesmarias ou outras concessões do Governo não confirmadas nem transferidas por título legítimos antes de 1854, que não puderem ser revalidadas por não estarem nas condições do artigo precedente, serão consideradas como simples posses para serem legitimadas, se nelas houver princípio de cultura e morada habitual do sesmeiro ou concessionário ou de seus sucessores legítimos.

Art. 5º - Serão legitimadas:

§ 1º - As posses mansas e pacíficas com cultura efetiva e morada habitual, havidas por ocupação primária e registradas segundo o Regulamento que baixou com o Decreto nº 1318. de 30 de janeiro de 1854, que se acharem em poder do primeiro ocupante ou de seus herdeiros;

§ 2º - As posses igualmente registradas, cultivadas e habitadas, que tenham sido traspassadas pelo primeiro ocupante, ou por seus herdeiros, a título de compra, doação, permuta, ou dissolução de sociedade, sobre as quais tenham sido cobrados os respectivos impostos;

§ 3º - As posses transferidas por escrito particular posterior ao Alvará de 13 de junho de 1809 e anterior ao Regulamento que baixou com o Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854 e cujo pagamento de sisa tenha sido feito até 31 de dezembro de 1892;

§ 4º - As posses havidas até 15 de setembro de 1892 por compra em hasta pública, por partilhas de quinhões hereditários, ou em virtude de sentença passada em julgado;

§ 5º -As partes de posses nos casos considerados nos parágrafos precedentes;

§ 6º - As posses mansas e pacíficas com cultura efetiva e morada habitual, que tenham sido estabelecidas sem protesto ou oposição antes de 15 de novembro de 189, mantidas sem interrupção depois dessa data e que forem dadas a registro até 31 de dezembro de 1910;

§ 7º - As posses que se acharem em sesmaria ou outras concessões do Governo, revalidáveis em virtude da lei nº 82, de 15 de setembro de 1892, If houverem sido declaradas boas por sentença passada em julgado entre o sesmeiros ou concessionários e os posseiros, ou se houverem sido estabelecidas e mantidas sem oposição dos sesmeiros ou concessionários durante cinco anos e forem dadas a registro até 31 de dezembro de 1910;

§ 8º - As sesmarias ou outras concessões do Governo não confirmadas nem transferidas por títulos legítimos antes de 1854, que não puderem ser revalidadas, por não estarem nas condições do Art. 3º desta lei, contanto que nelas haja princípio de cultura e morada habitual do sesmeiro, concessionário ou de seus sucessores legítimos, numa vez que sejam dadas a registro até 31 dezembro de 1910;

§ 9º - As posses mansas e pacíficas, reconhecidas pelo § 1º do Art. 1º da lei nº 748, de 25 de fevereiro de 1901, que não foram registradas nos termos do Decreto nº 1.021, de 25 de maio de 1901, uma vez que sejam dadas a registro até 31 de dezembro de 1912.

Art. 6º - Consideram-se cultura efetiva, para os efeitos desta lei, não só as plantações de árvores frutíferas, roças e os mais trabalhos de lavoura, como também a conservação e cultivo de vegetais apropriados e aproveitados pela indústria extrativa.

§ Único - A pastagem de gado em campos próprios para a criação é equiparada, para a revalidação ou legitimação, à cultura efetiva uma vez que nos ditos campos existam currais ou arranchamentos.

Art. 7º - A legitimação ou revalidação só poderá efetuar-se mediante a medição e demarcação das posses, pela forma estabelecida no regulamento que baixar para a execução da presente lei.

Art. 8º - A medição e demarcação das posses terão por base o registro criado pelo Art. 17, da lei nº 82, de 15 de setembro de 1892, mantido pelo Art. 21, nº 2º, 3º, 4º e 5º da presente lei.

§ Único - No município de Montenegro a medição e demarcação das posses de terras sujeitas a legitimação terão por base o registro criado pela Lei nº 748, de 25 de fevereiro de 1901, e feito nos termos do Decreto nº 1.021, de 25 de maio do mesmo ano, e o registro feito nos termos do § 9º do Art 5º da presente lei.

Art. 9º - A área total das posses havidas por ocupação primária, em virtude desta lei, não poderá exceder de 545 hectares para terrenos utilizados na indústria extrativa, 1089 hectares para terrenos de lavoura e 4356 hectares para terrenos de campo de criação.

Art. 10 - Será considerada de nenhum valor a posse por ocupação primária, desde que o posseiro já tenha registrado com o mesmo fundamento outra posse dentro do território do Estado.

Art. 11 - Será obrigado a despejo, com perda das benfeitorias, todo aquele que, depois de 15 de setembro de 1892, se tenha apossado de terras devolutas, fazendo derrubadas ou queimas em suas matas, invadindo-as por meio de plantações ou edificações, ou praticando outros quaisquer atos possessórios, ainda que provisoriamente.

Art. 12 - A ação de despejo será proposta pelo promotor público da comarca.

§ Único - Se, depois de intimado da sentença definitiva, continuar o invasor na posse ou na prática de atos especificados no artigo precedente, responderá criminalmente, de conformidade com as prescrições do Código Penal.

Art. 13 - Para as vendas em hasta pública das terras devolutas, o preço será sempre regulado tendo-se em vista o fim a que são elas destinadas, lavoura, indústria pastoril ou indústria extrativa, atendendo-se ainda à situação do terreno quanto à facilidade de comunicações, irrigação e proximidade dos centros povoados.

§ Único - Nas vendas em hasta pública serão pagos imediatamente, à boca do cofre, o custo integral do terreno e todas as demais despesas estabelecidas por lei para a aquisição definitiva ou provisória das terras licitadas.

Art. 14 - Os atuais ocupantes de terras que, na forma do Art. 2º § 3º e Art. 10, venham a ser consideradas devolutas, terão preferência para a compra das mesmas, dentro do prazo de cinco anos, contados da data em que por despacho do Governo do Estado, publicado pela Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação, for estabelecida aquela preferência.

Art. 15 - As terras devolutas serão vendidas sempre com os seguintes ônus:

1º - Ceder o comprador o terreno necessário para estradas públicas de uma povoação, vila ou cidade à outra; ou para algum ponto de embarque, salvo o direito de indenização das benfeitorias e do terreno ocupado;

2º - Dar servidão gratuita aos vizinhos, quando lhes for indispensável para saírem a uma estrada pública, porto de embarque, povoação, vila ou cidade;

3º - Consentir na tirada de águas desaproveitadas e passagem delas precedendo indenização tão-somente das benfeitorias e do terreno ocupado agrícola ou industrialmente;

4º - Ficarem as minas existentes no terreno e no subsolo sujeitas às disposições legais que forem decretadas quer limitando a sua propriedade, quer regulando a sua exploração.

Art. 16 - As terras devolutas do Estado poderão ser vendidas antes ou depois de medidas e demarcadas. à vista, ou a prazo.

§ Único - Nenhuma venda poderá ser feita em mais de três prestações, sendo a primeira paga no ato da compra, a segunda um ano depois da expedição do título provisório e a terceira no fim do segundo ano.

Art. 17 - A falta de pagamento de qualquer das prestações no prazo marcado no título provisório de compra, importa em reversão do lote ao Estado, sem direito ao comprador de pedir restituição de qualquer espécie, quando a venda houver sido requerida em três prestações e só houver sido paga uma; e em 25% de multa, a mais sobre o valor das prestações pagas, se já houverem sido pagas duas prestações, multa que deverá ser satisfeita com a terceira prestação.

§ Único - Findo o prazo de seis meses depois da data marcada para o pagamento da terceira prestação, não tendo sido satisfeita, o comprador só terá direito a 50% das importâncias recolhidas, descontadas as multas a que o art. se refere.

Art. 18 - O preço das terras devolutas vendidas pelo Estado será o seguinte:

1º - De 1.000 para terrenos cuja extensão não for superior a 100 hectares;

2º - De 101 a 1.000 hectares, 1\$300 por hectare; de 1.001 a 2.000 hectares, 1 \$500, e assim progressivamente aumentando-se 200 réis.

Art. 19 - O preço dos terrenos destinados à indústria extrativa será o dobro do estabelecido no artigo precedente.

Art. 20 - O preço dos terrenos discriminados será o seguinte:

1º- 50 a 100 réis por metro quadrado, para os lotes urbanos.

2º -0,5 a 1 real por metro quadrado, para os lotes agrícolas ou rurais.

Art. 21 - O Governo do Estado fará continuar o registro das terras do Estado:

1º- Os terrenos de legítima propriedade;

2º -Os títulos dos terrenos que se achem nas condições previstas pelo Decreto nº 1.577, de 5 de dezembro de 1908;

3º - Os terrenos considerados em condições de legitimação, na forma do Art. 5º da presente lei, atendendo às restrições dos respectivos §§ 6º, 7º, 8º e 9º;

4º - Os terrenos, cujas declarações tenham sido apresentadas, antes da presente lei, às Intendências dos municípios do interior do Estado e tenham sido remetidas à Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação também antes da presente lei, desde que, processados, estejam em condições de legitimação ou revalidação;

5º - Os terrenos considerados em condições de revalidação.

Art. 22 - Os terrenos a que se refere o nº 4 do artigo precedente, bem como aqueles, cujas declarações tenham sido apresentadas, à Secretaria de Obras Públicas, quer às Intendências do interior do Estado depois de 31 de dezembro de 1904, cujos processos não tenham sido julgados até a data desta lei, ficam sujeitos às seguintes multas:

1º- Até 150 hectares de extensão, 50\$000;

2º- De 151 hectares a 545, 100\$000;

3º- De 516 hectares a 1.089, 150\$000;

4º - De 1.090 a 3.267 hectares, 200\$000;

5º - De 3.268 hectares em diante, 250\$.

§ Único - Desde que o terreno seja aproveitado na indústria extrativa, a multa será sempre de 250\$000.

Art. 23 - No ato da legitimação será revisto o pagamento da multa estabelecida no Art. 22.

Art. 24 - As declarações de terrenos dados a registro serão sempre instruídas com documentos que provem a antiguidade da posse.

§ Único - A justificação das posses mansas e pacíficas que se acharem nas condições do § 6º do Art. 5º da presente lei, só será admitida quando feita perante o juiz de direito da comarca e com citação do respectivo promotor público da comarca e do agente fiscal da fazenda do Estado na circunscrição ou distrito em que estiver situada a posse.

Art. 25 - O registrante pagará, a título de emolumentos, e em cada processo de registro deferido, 20\$000, e mais 10\$000 de selo em estampilha do Estado para o respectivo título de posse.

Art. 26 - Para todos os efeitos legais, são reconhecidos como válidos os registros efetuados em virtude do Decreto nº 410, de 8 de outubro de 1891, regulamento de 28 de outubro do mesmo ano, lei nº 82, de 15 de setembro de 1892, que baixou com o regulamento o Decreto nº 886, de 16 de agosto de 1900 e lei 748, de 25 de fevereiro de 1901.

Art. 27 - O registro das terras será feito na Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação, precedendo petição ao Secretário de Estado, instruída com os documentos exigidos pela presente lei para cada espécie de registro.

Art. 28 - Dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do edital de registro pelo Diário Oficial do Estado, caberá às partes interessadas direito de reclamação contra a petição do registro de posse, devendo ser concedida vista do processo às partes reclamantes e registrantes pelo prazo improrrogável de 10 dias, para apresentar razões.

Art. 29 - Das decisões do Secretário de Estado cabe recurso ao Governador requerido e assinado o termo dentro de 10 dias, contados da publicação da sentença no Diário Oficial do Estado, devendo o respectivo termo ser assinado dentro desse prazo, dando-se vista às partes interessadas pelo mesmo prazo.

Art. 30 - O título de posse deverá ser solicitado dentro do prazo de seis meses, contados da data da publicação da sentença final de aprovação do processo, findo o qual, será imposta a multa de 100\$000, se for retirado dentro dos 6 meses seguintes, multa que será elevada a 150\$000, se não solicitado nesse prazo.

§ Único - Findo o prazo de 18 meses, serão os emolumentos e multa cobrados executivamente.

Art. 31 - Incorrerão em comisso as sesmarias e outras concessões do Governo sujeitas a revalidação, bem como as posses sujeitas a legitimação, se não forem demarcadas dentro do prazo e pela forma determinada pelo Governo, no Reg. que baixar para a execução da presente lei.

Art. 32 - O comisso importa na perda total do terreno, cabendo apenas ao ocupante o direito de preferência na sua compra ao Estado.

Art. 33 - O Governo reservará as terras devolutas que julgar necessárias para fundação de colônias, povoações, patrimônios de conselhos municipais, aberturas de estradas, cortes de madeiras, logradouros e servidões públicas e estradas de ferro.

Art. 34 - Aos Conselhos Municipais do Estado, que ainda não possuem patrimônio territorial, precedendo requisição, poderá o Governo conceder, dentro do território dos respectivos municípios, até 4.356 hectares de terrenos devolutos.

Art. 35 - Os campos de uso comum dos moradores de um ou mais distritos, circunscrições, municípios ou comarcas, não poderão ser considerados como posse de um só possessor, e nem registrados, devendo ser declarados de serventia pública.

Art. 36 - O Governo, em ato especial, declarará esses terrenos de serventia pública, todas as vezes que assim o julgar conveniente.

Art. 37 - Não poderão os sesmeiros, concessionários ou posseiros, hipotecar ou alhear por qualquer modo os terrenos a que se referem os Arts. 3º, 4º e 5º da presente lei, sem que estejam estes registrados, sob pena de nulidade do ato e multa de 500\$000 ao tabelião.

§ Único - Excetuam-se desta regra os casos de execução cível ou comercial, em que é permitido fazer o registro antes ou depois da execução, quer pelo executado, quer pelo exequente em nome daquele.

Art. 38 - Nos processos de medição e demarcação de terrenos sujeitos a legitimação ou revalidação, cabe às partes interessadas o direito de reclamação ao Secretário de Estado de Obras Públicas contra as decisões do engenheiro ou agrimensor, e ao Governador do Estado, contra a sentença do Secretário.

Art. 39 - Quando as contestações versarem sobre domínio ou posse, serão decididas primeiramente pelo Poder Judiciário.

Art. 40 - Logo em seguida à legitimação ou revalidação de uma posse, sesmaria ou concessão do Governo, será o seu possuidor obrigado a tirar o respectivo título, observando-se as mesmas disposições, prazos e multas estabelecidos para títulos de posse, no Art. 29 e seu parágrafo da presente lei.

Art. 41 - Todas as vezes que o Governo assim o julgar conveniente e necessário para elucidação de questões de registro de terras, de legitimação ou revalidações de posse e de outras concessões do Governo mandará proceder a verificações nos terrenos.

Art. 42 - O imposto territorial será lançado tomando-se por base a extensão das terras possuídas, distribuídas em três classes: terras de lavoura, campos de criação e terrenos utilizados na indústria extrativa.

Art. 43 - Fica o Governador autorizado, no regulamento que baixar para execução desta lei, a estabelecer prazos para os processos de registro, compra, legitimações e revalidações de terras, e respectivas reclamações ou recursos, impondo multas de 100\$ a 1 000\$000.

Art. 44 - Quando o Governo do Estado o julgar conveniente, poderá estabelecer a fiscalização dos serviços de medição e demarcação de terras, baixando regulamento especial para esse serviço.

§ Único - Ao serviço de fiscalização a que se refere este artigo será inerente o da organização da carta geográfica e cadastral do Estado.

Art. 45 - Nos processos de medição e demarcação de terrenos de legítima propriedade, feitos perante o Poder Judiciário, passadas em julgado as respectivas sentenças de aprovação, serão os processos enviados ao Poder Executivo para a expedição do respectivo título que será passado de acordo com a decisão judiciária.

§ 1º - Esses títulos ficarão sujeitos aos emolumentos de selo de 30\$000.

§ 2º - Expedidos os títulos, serão os autos arquivados no Arquivo Público do Estado, restituindo-se às partes interessadas os documentos de propriedade que os instruírem ou que serviram de base a contestações.

Art. 46 - Nas vendas de terrenos para exploração de minas será observado o preço estabelecido na presente lei para a aquisição das terras devolutas, ficando revogado o Art. 10, da lei nº 842, de 31 de outubro de 1902.

Art. 47 - Serão vendidos os terrenos de castanhais equiparando-os aos terrenos apropriados à indústria extrativa.

§ Único - Não serão reconhecidas as posses primárias em terrenos de castanhais, excetuadas as que tenham sido dadas a registro até a data da presente lei.

Art. 48 - Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretário do Estado de Obras Públicas, Terras e Viação assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 6 de novembro de 1909.

JOÃO ANTONIO LUIZ COELHO